

Do espectador ao militante: a torcida de futebol e a luta pelo direito ao estádio e ao clube

Irlan Simões Santos*
Ronaldo George Hela**

*Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. RJ. Brasil

Contato com o autor: iirlansimoes@gmail.com

**Universidade Estadual do Rio de Janeiro. RJ. Brasil

Contato com o autor: rhelal@globo.com

Resumo: O artigo reflete sobre o surgimento de diversas experiências organizativas de torcedores no Brasil nos últimos anos, criadas no sentido de pautar seus interesses acerca do futebol. As pautas dessas organizações podem ser sintetizadas em dois principais temas: o direito ao estádio e o direito ao clube, que aqui serão entendidas como comuns culturais ameaçados pela lógica privatista e excludente da cidade neoliberal dos tempos atuais. Para tanto será feito um breve histórico da formação do futebol, dos estádios e da cultura torcedora; e posteriormente serão discutidos os movimentos de torcedores no mundo e no Brasil.

Palavras-chave: Futebol. Torcida. Estádio. Cultura. Comum.

Abstract: From the viewer to the militant: the football crowd and the struggle to the right to the stadium and the club. This article looks for the appearance of some Brazilian supporters organizational experiences in the last years, created to guide their interests about football. These organization's agendas can be summarized in two main themes: the right to the stadium and the right to the club, which here can be seen as cultural commons threatened by privatizing and exclusionary logic of actual neoliberal cities. To achieve this goal will be made a brief historic of the structuration of football, stadiums and supporters culture, and then will be shown some of these supporters' movements around the world and in Brazil.

Keywords: Football. Supporters. Stadium. Culture. Commons.



Irlan Simões Santos; Ronaldo George Hela

1 Introdução

Desde a metade final dos anos 2000 se detectam experiências organizativas de torcedores brasileiros com vistas ao estabelecimento de direitos democráticos de acesso aos estádios e aos seus clubes. Essas experiências se ampliaram consideravelmente a partir da produção da Copa do Mundo de 2014. O que veremos ao longo desse artigo é que essas experiências não são exclusivas do Brasil e tentaremos entendê-las a partir da análise das mudanças ocorridas na estrutura capitalista, nas cidades e na cultura e como isso tem impacto direto no futebol.

Chamaremos tais experiências de “movimentos de torcedores” na expectativa de entendê-los como organizações da sociedade civil com pautas estabelecidas. Ainda que alguns agrupamentos reivindiquem o caráter de “movimento social”, outros optam por usar o termo “grupo” ou “frente”, configurando diferentes perfis e métodos de ação política, tática e estratégica. As pautas dessas organizações podem ser sintetizadas em dois principais temas: o direito ao estádio e o direito ao clube.

Quanto ao direito ao clube nota-se o surgimento de movimentos de torcedores comuns com vistas à maior participação política, seja a partir da pressão exercida sobre os dirigentes, ou, de forma mais organizada, através de exigências quanto à reformulação dos estatutos sociais dessas instituições, tornando-as mais acessíveis e democráticas. Esses grupos se diferenciam de outras experiências antigas por não estarem ligados intimamente a nenhuma força política nem às tradicionais famílias que compõe os conselhos dessas instituições.

Quanto ao direito ao estádio detectam-se distintas demandas sobre: 1) democratização do acesso aos jogos, relativo à contestação do alto preço dos ingressos; 2) fim das restrições às manifestações festivas nas arquibancadas, como a proibição de bandeiras, de artefatos pirotécnicos, bebidas alcóolicas e o direito de ver o jogo em pé; e 3) exigências quanto à própria formatação do espaço físico dos estádios, além dos horários dos jogos.

Portanto esse é um estudo sobre os torcedores (*fans, hinchas, supporters, tifosi*) inseridos numa dinâmica de maior identidade e afetividade clubística, que rejeitam o discurso de que “futebol é um negócio” e combatem medidas que, ainda que favoreçam o clube



Do espectador ao militante: a torcida de futebol e a luta pelo direito ao estádio e ao clube

financeiramente, possam causar prejuízos aos seus iguais¹. Para fins de entendimento mais completo da tomada de uma postura militante da parte dos torcedores, discutiremos aspectos da formação histórica do futebol, do estádio e da torcida.

2 Cidade, capitalismo industrial, trabalho e tempo livre

Os quatro termos assinalados no subtítulo estão tão intimamente ligados à história do futebol que desconsiderá-los torna a tarefa de entender essa prática cultural praticamente impossível. Precisamos remontar ao final do século 18, quando se consolidava o capitalismo industrial na Inglaterra. O imenso fluxo populacional que seguia para os meios urbanos era um problema tão grave às classes dirigentes quanto às necessidades de “reeducar” esses novos trabalhadores assalariados. Aprimorava-se a imposição do tempo por ponteiros, sinos e sirenes; em contraste com a até então lógica do trabalho “orientado pelas tarefas”. Era o tempo em que se trabalhava por 16 horas num único dia.

A ética protestante – que apresentava a duplicidade de um discurso religioso radical e punitivo com um *ethos* tipicamente burguês do corpo para a produção de riquezas, comprimindo o tempo ao máximo da racionalidade – seria agora o bastião da formação dessa nova sociedade, que veria longos anos de conflitos, resistências e desajustes. Afinal, o problema não se tratava apenas da rejeição da grande maioria dos trabalhadores às regras impostas, mas também da forma com que esses aproveitavam o seu tempo *fora* do ambiente da fábrica. Em termos mais precisos: o que era feito do “tempo livre” desses trabalhadores. Thompson (1998, p. 295) demonstrou como todo tempo devia ser consumido, negociado e utilizado. Fora disso seria considerado não-produtividade e impertinência.

A partir da terceira década do século 19 toma forma a conhecida Era Vitoriana, que aprofundou e aprimorou todo um arcabouço de normatizações moralistas e disciplinantes que sofisticaram as tecnologias sociais de controle e, principalmente, educação cívica. O casamento de uma nova moral burguesa com preceitos religiosos explica a série de ataques promovidos aos costumes, jogos e feriados populares do período. Alguns documentos expõem a classificação dos sujeitos praticantes desses tipos de lazer desregrado das ruas como

¹ Critcher (1979) desenvolveu uma taxonomia das identidades torcedoras no futebol inglês na qual identificavam esse perfil mais fidelizado de torcedor como “membros”, aprimorada e atualizada por Giulianotti (2012), que a definiu como “fanáticos”. Sobre o tema, ver Santos (2015b).



Irlan Simões Santos; Ronaldo George Hela

dissolutos, depravados, brutais, insolentes, libertinos, extravagantes, ociosos, faltosos com a religião, blasfemos, dentre outros (THOMPSON, 1998, p. 308).

É exatamente na Era Vitoriana que algumas dessas práticas de lazer, em especial os jogos coletivos serão apropriados e inseridos na educação de jovens abastados das escolas inglesas, onde seriam aprimorados e embutidos de elementos que representassem os valores predominantes da época, como disciplina, obediência e competitividade, típicos valores do homem burguês. É nas proximidades de Londres que surge então a *Football Association*, em 1863, da reunião de doze clubes, período conhecido como de *normatização* ou *esportivização* (SANTOS, 2014) do futebol, quando se definiram as suas regras. A título de contextualização, a fundação da primeira associação se deu apenas quatro anos após o lançamento de duas obras históricas: *Contribuições à Crítica da Economia Política* de Karl Marx e *A Origem das Espécies* de Charles Darwin.

Cerca de 20 anos depois já se registravam mais de mil clubes de futebol em toda a Inglaterra, expondo como a difusão desse esporte já estava consolidada antes mesmo do seu processo de normatização. O futebol nasce no período que se convencionou a posicionar historicamente a segunda revolução industrial, que aprimora e aperfeiçoa tecnologias criadas na primeira, possibilitando um novo patamar de produção e transporte de mercadorias. A semeadura de elementos da cultura inglesa em todo o mundo, dentre eles os *sports*, é extremamente favorecida por essa expansão imperialista do capitalismo industrial inglês. O futebol ganha um destaque especial

Uma reunião de um grupo de aristocratas europeus em 1890, sob o comando do barão de Coubertin, dentro desse espírito, se empenharia em retomar os Jogos Olímpicos da Grécia Antiga – ao menos o que se idealizava daqueles eventos – dos séculos XVIII a.C.. Logicamente, dessa vez, ressaltando valores caros à ética do mundo burguês, como competitividade, mérito e disciplina, deixando de lado ou desconsiderando outros valores menos “civilizados” para os padrões da sociedade moderna, como a tolerância à violência física.

Nesse contexto que pode se imaginar dois movimentos desiguais, mas combinados: a expansão de uma forma “oficial” de se jogar futebol, representada por competições de clubes estabelecidos como comunidades em si, ainda que de forma amadora; e a formação de um “público assistente” que se aglomerava ao redor dos locais onde esse futebol era praticado.



Do espectador ao militante: a torcida de futebol e a luta pelo direito ao estádio e ao clube

Esse foi o embrião daquilo que hoje entendemos como torcida. O jogar e o torcer se desenrolavam conjuntamente na evolução do futebol.

É com essas características centrais que o futebol será exportado para o mundo. Ressalvam-se, no entanto, as particularidades necessárias para compreender casos específicos como o Brasil, por exemplo, cuja introdução do futebol se daria por meio de jovens da alta sociedade que regressavam de temporadas de estudos na Inglaterra e a sua prática “oficial” era tida como símbolo de distinção social de uma elite moderna e zelosa pelo corpo. Diante dos objetivos do artigo e do pouco espaço para o desenvolvimento dessas questões, nos limitaremos a traçar elementos que se assemelham nesse desenrolar do futebol.

3 Futebol entre o Estado e Capital: pensando o estádio

Nessa altura o “futebol oficial”, dialeticamente favorecido pela persistência de um “futebol popular” (praticado fora dos circuitos relacionados aos clubes e associações), quando se torna uma prática popular de grandes dimensões, assume os contornos necessários e adequados para que se tome a forma da mercadoria, representando assim os primeiros passos de uma das mais potentes e grandiosas indústrias culturais do século XX.

Com o crescente interesse do público assistente pelos jogos, criam-se as diferenciações definitivas entre o espaço do jogar e o espaço do torcer². A utilização de cordas e barras para distanciar o público do campo de jogo foi se desenrolando em formas de pensar o espaço que o comportaria: as tribunas e arquibancadas das praças desportivas. Ainda em 1874, nos jogos do Aston Villa, já se registravam a cobrança de valores para que o público assistente acessasse as tribunas. Uma cultura torcedora mais visceral, ligada à classe trabalhadora, terá seus primeiros movimentos nesse contexto, quando os ingressos mais baratos permitiam o acesso aos fundos dos gols, conhecidos popularmente como *terraces*, onde não havia assentos, apenas entulhos e montes de terra (CRUZ, 2005).

A profissionalização da prática do futebol não demoraria muito a acontecer, uma vez que os jogadores mais destacados precisavam complementar sua renda familiar para além do trabalho exaustivo, ou mesmo suprir a ausência deste. Os clubes de bairros e comunidades

² Henrique S. Santos (2012) vai apontar registros jornalísticos que acusam a cobrança de ingressos no futebol em Salvador em 1907.



Irlan Simões Santos; Ronaldo George Hela

passavam então a buscar se rentabilizar para manter em atividade seus bons jogadores, através de cotizações e vendas de entradas para os assentos dos estádios³.

Critcher (1979) observa que dessa forma os valores centrais do esporte profissional, como masculinidade, agressão, empatia física, vitória e identidade regional, combinam com essa cultura da classe trabalhadora majoritariamente masculina. Ele se relaciona com as organizações e mecanismo de solidariedade entre os trabalhadores, como clubes, esquemas de seguridade, cooperativas, albergues, sindicatos e outros tantos pequenos grupos de lazer que reuniam criadores de pombos, treinadores de cães, futebolistas amadores e tantos outros.

Esses elementos dão pistas para explicar a normatividade sexista dos estádios, que perdura até os dias de hoje. O futebol é formado num tempo em que a ideologia dominante pregava – e o senso comum retificava – que a mulher era um ser inferior, biologicamente e mentalmente incapacitado a determinadas atividades. A formação da cultura torcedora popular, por sua vez, também nasce num contexto de tomada dos estádios por uma classe trabalhadora masculinizada que conquistava aos poucos o direito ao tempo livre, com a redução da jornada de trabalho, como a que desembocaria no mote “8 horas de trabalho, 8 horas de descanso, 8 horas de lazer”. Ainda que muitas mulheres já fossem trabalhadoras assalariadas desde muito novas, ao contrário dos homens, não tinham o seu “tempo livre” designado ao lazer, fosse ele gratuito ou pago. O lugar da mulher fora da fábrica era reservado ao trabalho reprodutivo, dentro do ambiente doméstico. O tempo livre era dividido social e sexualmente como o próprio trabalho⁴.

Do ponto de vista de uma questão racial, elemento marcante no Brasil (as migrações das colônias americanas e africanas para Inglaterra só aconteceriam na metade do século XX), o futebol passava por diversas provas de superação da segregação. Não é raro ver estatutos de fundação de clubes que proibiam categoricamente e explicitamente a participação de negros e pardos e trabalhadores braçais, questões que geraram diversas divisões de diversas federações estaduais, à medida que vários clubes iam sendo fundados por membros de setores populares. Com a permissão da entrada de negros e pardos dos clubes mais ricos do país essas tensões diminuíram, se refletindo apenas na estrutura física dos estádios, que seriam pensados,

³ Na Inglaterra a exigência da profissionalização se deu ainda em 1885. No Brasil, último reduto de resistência do esporte amador, só passaria por tal mudança em 1933.

⁴ Nos primórdios do “público assistente” do futebol e de tantos outros esportes era muito comum, e até elogiada, a presença de mulheres das classes mais abastadas. Assistir aos *sports* simbolizava um evento de distinção nos tempos aristocráticos do “futebol oficial”.



Do espectador ao militante: a torcida de futebol e a luta pelo direito ao estádio e ao clube

literalmente, de forma classista: setores especiais e mais caros para receber a elite econômica e política, as arquibancadas para comportar a classe média e setores amplos praticamente sem assentos, mesmo de cimento, com péssimo posicionamento e angulação com relação ao campo, e onde se permitia o amontoamento dos corpos, para comportar os mais pobres.

O futebol então torna-se uma indústria cultural, adotando a sua dupla função: de publicidade e propaganda, na chave proposta por Bolaño (2008). A função propaganda compete aos seus usos pelo Estado e grupos políticos dominantes, a instrumentalização de um aspecto cultural para fins ideológicos. A função publicidade se refere ao uso pelo Capital, em sua competência de servir aos capitais individuais em concorrência e, ao mesmo tempo, na moral geral do capitalismo enquanto sistema, muito próximo do que Raymond Williams um dia chamou de “maná geral” para a reputação pública do capitalismo, quando se legitimam e consolidam os valores norteadores da sociedade capitalista. Dentro dessa chave que poderemos entender os dois momentos que marcam o futebol no século XX.

Nos anos iniciais é o Estado que se encarregará de difundir o futebol enquanto cultura de massas, promovendo a construção de imensos estádios, ou de estádios de bom porte em todo o território nacional. No Reino Unido estádios já atingiam a capacidade de mais de 80 mil lugares, a exemplo do Wembley, construído em 1923. No Brasil o Pacaembu em 1940 e o Maracanã em 1950 exemplificam essas medidas.

Ganha destaque no Brasil os períodos do governo de Getúlio Vargas e posteriormente da Ditadura Militar. Ambos deram grande importância ao futebol enquanto instrumento de propaganda, tendo na construção de grandes estádios uma das principais ferramentas de articulação política e busca de apoio popular. Criar grandes estádios cumpriria um papel fundamental aos clubes, que até então tinham as bilheterias como uma das poucas fontes de receita. Nesse ambiente que surgem as “gerais”, setores populares que criaram suas próprias culturas torcedoras notavelmente festivas, onde os torcedores mais pobres se amontoavam em locais de péssima visualização da partida, mas que davam ao clube o status de “clube de massas”, tão importante para atrair outros torcedores. Esses podem ser chamados de “superestádios”, uma vez que são concebidos para receber o maior público possível.

A partir desse processo de massificação do público dos estádios, podemos elencar quatro momentos históricos importantes que marcam processos de mercantilização agressiva do futebol e chamam maior atenção por impactarem diretamente na produção do estádio -



Irlan Simões Santos; Ronaldo George Hela

consequentemente do seu público, à medida que se hipertrofia a função publicidade na chave utilizada acima.

O primeiro, como observa Critcher (1979), se dá no pós-guerra na Europa, e mais contundentemente nos anos 1960, a partir da formação de uma sociedade do consumo e da concorrência entre diferentes indústrias culturais e do entretenimento, se notará uma nova forma de condução do futebol enquanto negócio por uma nova geração de dirigentes atrelados ao mundo corporativo, muito influenciado por uma americanização da cultura global. Os efeitos da mercantilização do futebol nos jogadores, agora celebridades; nos torcedores, de operários para consumidores de classe média; nos clubes, da criação de um oligopólio formado por uma elite vencedora; e no jogo, mais mecânico e pragmático; salientando a mudança dos padrões culturais ali estabelecidos, quando o jogo passaria a ser moldado pelos ditames do lucro e inserido na lógica do espetáculo.

O segundo momento destacável é a entrada de João Havelange na presidência da FIFA, em 1974, inaugurando uma sofisticação sem precedentes do futebol enquanto negócio, a partir da articulação com grandes empresas globais, no gancho da crescente tecnologia de transmissão de imagens via satélite. Essa realidade faz com que o valor total dos ingressos vendidos para cada jogo se torne muito menor do que aquele recebido pelos clubes ao fechar contratos de cessão de direitos de imagem com a TV. Essa inversão de prioridades tem impactos diretos nos estádios: o público-alvo principal dos clubes não estava mais nas suas cidades de origem, mas agora espalhados por todo o país ou mesmo pelo mundo. Surgem, portanto, novos atores econômicos e uma nova realidade comercial entre clubes, atletas, torcedores de estádios e consumidores de TV. No Brasil o primeiro grande acordo de televisionamento dos clubes se deu em 1987.

O terceiro momento é a tragédia de Hillsborough, em 1989, na Inglaterra. A superlotação do estádio do Sheffield gerou 96 mortes e centenas de feridos entre os torcedores do Liverpool. O clube era o mais popular do país e muito famoso pelos seus *hooligans*, sendo sistematicamente perseguido pelo governo inglês, que desconsiderou as causas reais do acidente, além da negligência das forças policiais que pouco fizeram para evitá-la⁵. O caso favoreceu o discurso neoliberal do então governo de Margareth Thatcher, que há algum tempo

⁵ Em 2012 o primeiro-ministro britânico David Cameron, através de um pedido formal de desculpas, em nome do estado inglês, reconheceu publicamente a fraude dos laudos do acidente, retirando a culpa que recaía sobre os torcedores do Liverpool.



Do espectador ao militante: a torcida de futebol e a luta pelo direito ao estádio e ao clube

já buscava interferir de forma agressiva no futebol local. Com base no Relatório Taylor, encomendado para avaliar tais problemas, Thatcher promoveu uma série de exigências de reformas dos estádios ingleses, acarretando numa nova percepção desses espaços e conseqüentemente numa mudança total do seu público, em sintonia com os elementos já ressaltados anteriormente. O expediente político de utilizar o tema da violência (real, porém superestimado) como fundamento para a alteração drástica do público dos estádios através da majoração do preço dos ingressos vai se replicar por todo o mundo, inclusive no Brasil nos anos 1990 e 2000.

Por fim, o quarto momento fundamental para entender a transformação dos estádios nas últimas décadas é a adoção do conceito de arenas multiuso pela FIFA e pela UEFA a nível mundial, passando a exigir dos países-sede da Copa do Mundo e da Eurocopa tal modelo como condição básica de realização para absolutamente todas as partidas. Essas entidades assumem, portanto, a partir da Copa de 1994 nos EUA, o papel de vetores internacionais da construção dessas estruturas de altíssimo custo de manutenção, voltados para comportar diversos produtos da indústria de entretenimento, como apontam Cruz (2005), Mascarenhas (2013) e Simões Santos (2014). Esses equipamentos exigem, acima de qualquer outro aspecto, a reformatação dos públicos do futebol enquanto um dos seus produtos, selecionando-o de acordo com suas capacidades de consumo e exigindo desse novo público um padrão de comportamento mais passivo e menos passional com relação aos clubes. Em suma, transformar o torcedor em mero consumidor.

Esses elementos vão desembocar na situação que chegamos no Brasil, da construção de 14 novas arenas, sendo 12 delas relacionadas diretamente à Copa do Mundo da FIFA, que acreditamos ser o estopim para o surgimento de tantos novos movimentos de torcedores (ainda que não se restrinjam a esse tema).

4 Resistência torcedora à mercantilização

O aumento abrupto do valor dos ingressos e a série de restrições às festas nos estádios atçou a revolta dos torcedores brasileiros contra as arenas e colocou o Brasil em sintonia com os movimentos de torcedores internacional. Como o movimento das ideias não é retilíneo e



Irlan Simões Santos; Ronaldo George Hela

nem se cria do nada, vale analisar um breve panorama desses movimentos de torcedores no mundo, para então tentar entendê-los no contexto global de lutas por direitos.

Em 1999 é lançado na rede mundial de computadores um documento de nome “Against Modern Football Manifesto”, por um torcedor italiano da A.S. Roma. Em poucos dias um total de 72 grupos de torcedores de 21 países diferentes assinaram o documento que, em poucas linhas, traçava uma crítica à extrema mercantilização do futebol, as deturpações causadas em seus sentidos e o desrespeito à cultura torcedora (NUMERATO, 2014). A Itália àquela época era a ponta-de-lança do futebol internacional e os principais atletas do planeta vestiam as camisas dos clubes da liga local. Mas era lá também que residia o maior número de organizações de torcedores denominadas *Ultras*, grupos subculturais de diversos tipos, que protagonizavam coreografias e festas nas arquibancadas e, comumente, eram identificados com correntes políticas da extrema-esquerda e da extrema-direita⁶.

Ambos os espectros políticos das arquibancadas italianas – e posteriormente alemãs, francesas, espanholas, búlgaras etc. – adotaram o lema político e orquestraram durante alguns anos ações combinadas. Pela direita, criticar o futebol moderno simbolizava reivindicar, de forma reacionária, elementos antigos de masculinidade, virilidade, honra, tradição e nacionalismo. Pela esquerda a luta era categoricamente anticapitalista, criticando a elitização do público dos estádios e a mercantilização excessiva do jogo. Eram duas faces distintas de reações populares aos mesmos problemas do futebol-negócio globalizado dos anos 1990 e 2000, que hoje, com a ajuda das redes sociais e formas mais ágeis e fáceis de troca de informações, já está difundida por todo o mundo.

Foram avaliadas em outra oportunidade experiências de resistência torcedora nas cinco principais ligas europeias – Alemanha, Espanha, França, Inglaterra e Itália –, investigadas por autores que partiam de ferramentas teórico-metodológicas bem distintas. Foi possível notar que essas lutas não são empreendidas exclusivamente pelos grupos *Ultras* (presentes na Itália, França, parte da Alemanha e Espanha), mas por uma ampla variedade de modelos organizativos, de caracteres, métodos e composições sociais distintas. Esses países se destacam no cenário das lutas torcedoras por representarem os espaços de maior desenvolvimento da

⁶ Segundo levantamento da Direção Central da Polícia de Prevenção, órgão ligado à *Polizia di Stato* da Itália, feito entre 2003-2004, o país contava com 445 grupos ativos, dos quais foram destacados cinco tipos: apolítico (54%), esquerda (13%), extrema-esquerda (6%), direita (16%), extrema-direita (9%).



Do espectador ao militante: a torcida de futebol e a luta pelo direito ao estádio e ao clube

mercantilização do futebol, onde o esgarçamento das contradições e ataques aos direitos se mostra de forma mais aberta (SANTOS, 2015a).

No Brasil não seria diferente. Pode-se dizer que muitas dessas recentes organizações têm influências diretas das lutas empreendidas pelos torcedores europeus ao longo dos anos 2000 e 2010, que foram frequentemente difundidas nas redes sociais, sites de jornalismo esportivo crítico e blogs. Vale lembrar, no entanto, ao que aponta Hollanda (2008), que a luta torcedora brasileira tem eventuais picos nas décadas 1970 e 1980, a partir da formação de diversas Torcidas Organizadas (TOs) criadas para o enfrentamento ao autoritarismo e má governança de dirigentes, além do questionamento da alta do preço dos ingressos. É importante, no entanto, diferenciar essas experiências daquelas surgidas mais recentemente do ponto de vista da composição e origem dessas organizações, da própria estrutura da indústria do futebol no contexto, assim como dos seus entendimentos e leituras sobre a realidade do ser torcedor.

O Brasil resguarda uma particularidade quase inexistente na atualidade do futebol das cinco principais ligas do mundo. Com a exceção das agremiações alemãs, os principais clubes europeus estão todos nas mãos de um sócio majoritário de grande porte, como bilionários árabes, russos, norte-americanos, tailandês, malasianos ou ingleses. Essas mudanças foram aplicadas através de leis que obrigavam a transformação dos clubes em empresas no final do século XX. Os principais clubes brasileiros – apesar das diversas investidas promovidas nos anos 1990 – não foram transformados em empresas e resguardaram o seu caráter de associação civil, que marca as suas fundações. Se por um lado esse “conservadorismo” estatutário só existiu por um esforço dos cartolas para manter o controle absoluto dessas instituições; também é a brecha política que permite com que torcedores possam exigir maior poder de voz e voto dentro das instâncias diretivas dos clubes. É como pensar o futebol brasileiro como um cabo de guerra no qual os cartolas jogam como agente duplo, entre a democracia para os torcedores e o autoritarismo dos mercados.

Foram detectadas e pesquisadas, em outra oportunidade (SANTOS, 2015a), pelo menos sete experiências de movimentos de torcedores que empunham bandeiras como as elencadas com relação ao direito ao estádio e ao clube. Pretendemos ir além do exercício descritivo em questão, para propor um entendimento adequado de um fenômeno internacionalizado de resistência de torcedores contra a mercantilização do futebol.



5 Direito ao estádio e ao clube

Na literatura sobre a resistência à mercantilização do futebol, muitos autores compartilham a ideia de que os torcedores acreditam ter um senso de propriedade [*sense of ownership*] ou reivindicavam serem donos simbólicos [*symbolic owners*] dos seus clubes. Esse aspecto nos permite vislumbrar o clube de futebol enquanto um “comum”, nos sentidos que Negri e Hardt (2009) definiram. Os autores entendem o comum como um produto do trabalho vivo das pessoas, i.e., forma de trabalho não alienada na produção capitalista, portanto potente de subjetividade e capaz de produzir conhecimento, informação, afetos, relações sociais etc. O “comum”, em si, supera a dicotomia público-estatal / privado, configurando uma forma distinta de relação coletiva com algo produzido.

Negri e Hardt (2009, p.138-14) apontam como “as línguas que criamos, as práticas sociais que estabelecemos, os modos de sociabilidade que definem nossas relações” são formas de comuns culturais, dentre as quais podemos inserir o futebol. Essa é uma chave que nos permite entender o clube e o estádio de futebol como um comum produzido pela coletividade dos torcedores, avançando sobre os limites que os conceitos da relação capital-trabalho nos impelem a pensar apenas a partir do trabalhador do futebol.

David Harvey (2014), em diálogo com os supracitados, analisa como os comuns culturais encontram-se sob a lógica da mercantilização e do “cercamento”, no que define por “disneyficação”. O termo é utilizado para apontar a padronização e adequação dos espaços comuns aos interesses do mercado, mais precisamente à indústria do turismo, facilmente adaptado para pensar a empresarização dos clubes e a arenização dos estádios, e a tentativa de transformação da torcida em uma massa de consumidores.

Clube, estádio e cultura torcedora são, portanto, comuns produzidos pelos seus torcedores e expropriados pelo Estado e pelo mercado. Esse processo de expropriação do comum, localizado no cerne do futebol, é o fio condutor da articulação que está sendo proposta entre esses conceitos, como uma forma de compreender o porquê, para que e como os torcedores se organizam para resistir à mercantilização, uma vez que esse processo os exclui do usufruto daquilo pelo qual foram responsáveis pela produção.



Do espectador ao militante: a torcida de futebol e a luta pelo direito ao estádio e ao clube

Hollanda (2008), nas suas investigações sobre as lutas das torcidas organizadas, invoca as leituras de E.P Thompson (1998), para observar que boa parte das lutas da história se orientava por uma noção de direitos e de legitimidade que estavam sendo extraída. São argumentos que relacionam os movimentos de resistência de torcedores no contexto das lutas anticapitalistas pelo direito à cidade. Harvey (2014) sugere que descontentamentos que surgem no ciclo da circulação do capital (mercadoria e dinheiro) e não apenas no da produção (trabalho), apontando que os movimentos sociais urbanos sempre tem um conteúdo de classe mesmo quando se referem diretamente a direitos, cidadania e à reprodução social.

A cultura torcedora e o estádio – as formas e o templo do torcer – também são comuns culturais em processo de expropriação capitalista. Esse é o ponto de inflexão que se percebe na leitura de Gilmar Mascarenhas (2013), não obstante baseada na mesma matriz lefevbriana encontrada em Harvey, para atualizar a ideia de direito à cidade e reposicioná-la para entender o estádio. Uma vez que o espaço social urbano é um produto sempre inacabado do embate entre a lógica da propriedade e as táticas populares de apropriação, o estádio pode ser entendido como um microcosmo da reprodução social da cidade, onde o conflito e a negociação se instalam quando da definição das suas condições de normas de acesso e de uso.

Assim, a formatação das arenas multiuso representa um momento em especial dessa realidade, uma vez que promove o processo de exclusão de um setor menos favorecido da sociedade através da majoração do preço dos ingressos, ao passo que doutrina e cerceia diversas formas de práticas e modos de torcer. Esse novo modelo de estádio representa, portanto, uma faceta do assalto neoliberal sobre a cidade, quando analisado seus impactos na cultura do futebol, pois priva, agride e exclui, significando um retrocesso quanto ao direito à cidade. Esse raciocínio em muito se relaciona com as questões referentes à atualização da ideia da produção da cidade e do comum e as suas formas recentes de expropriação.

Percebemos assim que as lutas empreendidas pelos torcedores são contempladas, e de certa forma contemplam, a construção do comum. Ainda que desconhecedoras das ideias do “comum”, essas lutas propõem a formação, construção e defesa desses no campo do futebol como uma saída para o agressivo processo de mercantilização do jogo. É dessa forma que as experiências já levantadas nos levam a crer que a luta dos torcedores se referem às duas bandeiras centrais do direito ao estádio e do direito ao clube.



Irlan Simões Santos; Ronaldo George Hela

6 Conclusão

Como foi visto ao longo do artigo, através do diálogo da formulação de diversos autores, o direito ao estádio e o direito ao clube estão inseridos na luta mais ampla e já consolidada do direito à cidade, uma especificidade só notada no futebol. Ninguém se daria ao trabalho de pautar políticas para federações de esportes como canoagem, atletismo ou arco e flecha, senão os próprios atletas dessas modalidades, o que nos leva a crer que os assuntos relacionados ao futebol estão mais ligados à pasta da cultura do que a dos esportes.

O futebol é um esporte particular. É o único que comporta um fenômeno da magnitude como a que colocamos aqui. É o único esporte que pode ser deslocado a um nível a parte do próprio campo esportivo; e também é uma expressão cultural tão particular que não pode ser colocada junto às outras formas culturais. Pedimos a permissão para colocar uma citação que poderia vir como epígrafe, mas que provavelmente não teria o mesmo impacto se utilizada antes de contemplado tudo o que foi discutido aqui:

“Enfim, é apenas um jogo”. Não foi apenas um jogo por oitenta [cento e trinta!] anos: não desde que a classe trabalhadora passou a vê-lo como uma escapatória da labuta e reivindicá-lo como seu. Não foi apenas uma atividade secundária nesse século. O que acontece no mundo do futebol importa, não da forma como comida importa, mas como a poesia é para alguns e o álcool é para outros: o futebol expressa a personalidade. O futebol tem conflitos e beleza, e quando essas duas características são colocadas juntas para a apreciação do público elas representam muito daquilo que eu entendo por arte. As pessoas possuem essa arte de forma que elas jamais possuirão qualquer forma de música, teatro, literatura ou religião, porque eles não podem ser enganados pelo futebol como são por essas coisas, onde as intenções podem ser propositalmente obscuras e os métodos escondidos fora do alcance delas. (HOPCRAFT, 1971, p. 7).

Por isso que falar de justiça no futebol vai muito, mas muito mesmo além, de denunciar a corrupção na CBF e FIFA, como fazem crer os poucos e valorosos jornalistas esportivos críticos do país. No caso do futebol as demandas partem dos torcedores muito mais do que os próprios atletas (como infelizmente a experiência do Bom Senso FC⁷ também leva a crer). São elementos do comum cultural que estão em jogo. Se o direito ao estádio – crítica ao alto preço dos ingressos, ao cerceamento da festas e imposição de um modelo de estádio –

⁷ Movimento nacional dos atletas profissionais de futebol.



Do espectador ao militante: a torcida de futebol e a luta pelo direito ao estádio e ao clube

acabou ganhando notoriedade com a construção dessas arenas higienistas e elitizantes; o momento agora é avançar a pauta para a questão do direito ao clube, que é ainda mais urgente.

Estamos falando da democratização das instâncias diretivas de instituições civis centenárias que seguem extremamente restritas e autoritárias; afastando os torcedores mais comuns de qualquer possibilidade de tomada de decisões. Apesar de avanços recentes em alguns clubes, ainda é notável a dificuldade de impulsionar essa bandeira. Basta ver como o PROFUT, programa federal que refinancia as dívidas dos clubes com a união, exigiu que os interessados em aderí-lo fizessem uma série de alterações nos seus estatutos, mas não tocou nem um instante sequer na temática da democratização das estruturas deliberativas e diretivas dessas instituições.

Exigiu-se, por exemplo, a responsabilização dos dirigentes quanto aos rombos orçamentários dos clubes, de cima pra baixo; sem cogitar que a maior pressão possivelmente exercível nesse sentido seria exatamente dos torcedores, desde que esses pudessem ter acesso aos documentos e às discussões sobre o tema, com poder de voto.

As experiências investigadas mostram que há possibilidade de avanços. Os novos desafios estarão na capacidade de aglutinação de forças supraclubísticas e do apoio de movimentos sociais que percebam, de uma vez por todas, o peso que o futebol, e os elementos que o envolvem, tem na vida cotidiana de milhões de habitantes das grandes cidades brasileiras, sejam eles adeptos, ou não, de algum clube ou nem ao menos frequentador de estádios.

O resultado dessas experiências pode não ser vitorioso, mas deixaria um potente legado político para o povo brasileiro. Ou, como alguns movimentos de torcedores ingleses já passam a vislumbrar: caso todos esses esforços não vinguem, que recriemos o futebol e os nossos clubes, que refaçamos tudo o que já foi feito até aqui e cuidar para que não volte a ser tomado pelas presas vorazes do sistema que a tudo e a todos transforma em mercadoria.



Irlan Simões Santos; Ronaldo George Hela

Referências

- BOLAÑO, César. (Org.). **Comunicação e a crítica da economia política**: perspectivas teóricas e epistemológicas. / Organizador César Bolaño - São Cristóvão: Editoria UFS, 2008.
- CRUZ, Antonio. **A nova economia do futebol**: uma análise do processo de modernização de alguns estádios brasileiros. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2005.
- CRITCHER, Charles. **Football Since The War**. In: CLARKE, J.; CRITCHER, C.; JOHNSON R. (Orgs). *Working Class Culture: Studies in history and theory*. Londres: Hutchinson, 1979, p.161-184.
- GIULIANOTTI, Richard. Fanáticos, seguidores, fans e flaneurs: uma taxonomia de identidades do torcedor no futebol. **Revista História do Esporte**, v. 5, n. 1, p. 25-46, 2012.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014
- HOLLANDA, Bernardo B. B. **O clube como vontade e representação**: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988). 2008. 771 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- MASCARENHAS, Gilmar. Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol. **Revista Cidades**, v. 10, n. 17, p. 142-170, 2013.
- NUMERATO, Dino. Who Says “No to Modern Football?” Italian Supporters, Reflexivity, and NeoLiberalism. **Journal of Sport and Social Issues**. n. 39, n. 2, 2014, p. 120–138
- SANTOS, Henrique Sena dos. **“Pugnas Renhidas”**: futebol cultura e sociedade em Salvador. Dissertação (Mestrado em História). DCHF, Universidade Estadual de Feira de Santana. 2012.
- SANTOS, Irlan Simões. **“O público que devemos abolir”**: a elitização do futebol brasileiro e as novas Arenas. 92 f. Monografia (Graduação) – Curso de Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, SE, 2014
- SANTOS, Irlan Simões. O futuro da torcida: midiaticização, mercantilização do futebol e resistência torcedora. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015.



Do espectador ao militante: a torcida de futebol e a luta pelo direito ao estádio e ao clube

Rio de Janeiro, **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**.
Rio de Janeiro: UFRJ, 2015a, p. 1-15.

ANTOS, Irlan Simões. **Mercantilização do futebol e movimentos de resistência dos torcedores**: histórico, abordagens e experiências brasileiras (no prelo), 2015b,

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

Artigo recebido em março de 2016
e aprovado em maio de 2016